

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 – O ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO COMO UM SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>21</b>
1.1 Análise dos §§ 2º e 3º do art. 5º da Constituição de 1988 .....	29
<b>Capítulo 2 – O DIREITO À VIDA E A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO.....</b>	<b>35</b>
2.1 O Direito à Vida como Direito Fundamental .....	35
2.2 O Início da Vida Humana e a sua Proteção Jurídica .....	40
2.3 Conceito de Nascituro e as Doutrinas Acerca da sua Personali- dade Jurídica .....	47
2.4 A Proteção à Vida no Âmbito Criminal .....	51
2.5 O Conceito de Aborto e a sua Criminalização .....	53
2.6 Os Sistemas Jurídicos e a Regulamentação do Aborto.....	54
2.7 A Criminalização do Aborto no Ordenamento Jurídico Brasileiro ....	57
2.8 As Formas de Aborto e as Causas Excludentes da Ilcitude.....	61
<b>Capítulo 3 – O ABORTO NOS CASOS DE ANENCEFALIA .....</b>	<b>75</b>
3.1 Anencefalia: Conceito e Perspectiva de Vida .....	75
3.2 Conceito de Morte e os Critérios Utilizados para a sua Detecção.....	78
3.2.1 Aplicação dos Critérios de Morte Encefálica nos Portado- res de Anencefalia.....	84
3.3 O Aborto nos Casos de Anencefalia à Luz dos Fundamentos e dos Princípios da Bioética.....	92

<b>Capítulo 4 – DIREITOS FUNDAMENTAIS EM COLISÃO: DIREITO À VIDA INTRA-UTERINA DO ANENCÉFALO VERSUS DIREITOS À SAÚDE E À LIBERDADE DE AUTONOMIA REPRODUTIVA DA MULHER.....</b>	<b>105</b>
4.1 Os Direitos do Concepto Anencéfalo.....	105
4.2 Os Direitos da Mulher.....	108
4.2.1 O Direito à Saúde da Mulher.....	108
4.2.2 O Direito à Liberdade de Autonomia Reprodutiva da Mulher Quanto à Manutenção ou à Interrupção da Gestação nos Casos de Anencefalia.....	118
<b>Capítulo 5 – A LICITUDE DO ABORTO NOS CASOS DE ANENCEFALIA: EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO.....</b>	<b>131</b>
5.1 Direitos Fundamentais em Colisão.....	131
5.2 Estrutura Normativa dos Direitos Fundamentais: Distinção entre Regras e Princípios.....	137
5.3 Princípios Específicos da Interpretação Constitucional.....	142
5.3.1 Princípio da Supremacia da Constituição.....	143
5.3.2 Princípio da Unidade da Constituição.....	144
5.3.3 Princípio da Força Normativa da Constituição.....	145
5.3.4 Princípio da Máxima Efetividade.....	146
5.3.5 Princípio do Efeito Integrador.....	147
5.3.6 Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	148
5.3.7 Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização.....	149
5.4 Princípio da Proporcionalidade.....	150
5.4.1 Introdução.....	150
5.4.2 Conceito.....	152
5.4.3 O Princípio da Proporcionalidade na Constituição de 1988 ...	153
5.4.4 Os Subprincípios da Proporcionalidade.....	155
5.5 Realização do Aborto do Anencéfalo como Exercício Regular de um Direito.....	163
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>185</b>